

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS OSÓRIO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**

VITÓRIA LIMA BENITES DE SOUZA

O JOVEM APRENDIZ COM TEA E A PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO

**Prof^a. Dra. Aline Dubal Machado
Orientadora**

**Osório
Março, 2025.**

O JOVEM APRENDIZ COM TEA E A PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO

Vitória Lima Benites de Souza
2123201371@osorio.aluno.ifrs.com.br

RESUMO

A Inclusão Escolar segue sendo um tema amplamente discutido nos dias atuais, com um crescente vigor no campo educacional brasileiro acerca de abordagens didáticas, processos inclusivos e legislações. Esta pesquisa possui o objetivo de compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho, no ano de 2024. Como metodologia de investigação, adotou-se a abordagem qualitativa, com a realização de um estudo de caso. Para a geração de dados, empregou-se um questionário contendo perguntas abertas realizado com a docente participante do estudo. Os resultados são discorridos a partir de duas categorias organizadas, considerando os excertos da participante em relação à legislação e para o campo teórico da Educação Inclusiva. As categorias são: *Concepções e Vivências Acerca da Inclusão e Adaptações Educacionais na Especificidade do Aluno com TEA*. Logo, como resultado considera-se que a docente participante do estudo explicita uma prática adepta à inclusão, suas adaptações e metodologias não excluem o aluno dos demais, porém observou-se a falta da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) para seu aluno com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Prática Pedagógica; Jovem Aprendiz; Educação Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão vem sendo um tema extensamente discutido, desde a década de 90, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), desta forma ela define políticas, princípios e práticas da Educação Especial que influenciam nas ações públicas de educação.

Com isso, há um crescente vigor no campo pedagógico brasileiro, que impulsiona um movimento de transformação no sistema educacional do país, pautado por novas reflexões acerca de abordagens didáticas, processos inclusivos e legislações. Esses debates buscam garantir a participação ativa e o acesso pleno na educação e na sociedade para todas as pessoas com deficiência, independentemente de suas diferenças.

Mantoan (2015) expressa que a inclusão ocorre por meio da inserção de alunos com deficiência nas classes comuns da escola, com a organização do contexto educacional, atentando-se nas especificidades de cada aluno, enfatizando o seu sucesso educacional, considerando que a inclusão não se limita apenas ao aluno com deficiência, ela está envolvida também a todos os membros do ambiente escolar.

Incluir não é apenas reconhecer as diferenças, trata-se de criar ambientes e estruturas sociais que possibilitam a participação ativa e o pleno desenvolvimento de todos os membros da sociedade. Um compromisso com a equidade e o respeito pelos direitos humanos que visam construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial de maneira significativa.

Entretanto, incluir vai além dos espaços escolares, se estende para outras esferas da sociedade, garantindo que as pessoas com deficiência tenham o direito de fazer parte dos ambientes de lazer, cultura, saúde, transporte, convivência social e também nos locais de trabalho, conforme estabelecido na Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Neste sentido, buscando-se esta inclusão no trabalho e na convivência humana, o Programa de Aprendizagem Profissional Jovem Aprendiz, que é respaldado pela Lei nº 10.097 (Brasil, 2000), constitui-se um dos mecanismos para realização de tais direitos, visto que a referida lei prevê a oportunidade de que pessoas com deficiência participem deste programa, e possam além da inserção no

mercado de trabalho, ter uma convivência social fora da escola, adicionando-se a experiência prática em um ambiente de trabalho, em conjunto com as aulas teóricas nas instituições de aprendizagem profissional formadoras (Brasil, 2000).

O Programa Jovem Aprendiz é um projeto que foi idealizado nos anos 2000, que visa a inserção de jovens no mercado de trabalho e a formação profissional. Segundo o Guia da Aprendizagem da Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Brasil, 2021), o programa abrange jovens entre 14 e 24 anos, que devem estar cursando os anos finais do Ensino Fundamental, ou frequentando ou que concluíram o Ensino Médio. Para as pessoas com deficiência, a idade mínima permanece a mesma, 14 anos, porém não há limite máximo de idade, já as regras de escolarização seguem as mesmas. Vale ressaltar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), é considerado adolescente pessoas que tenham entre 12 e 18 anos de idade.

Nesta perspectiva, o presente estudo possui como público de pesquisa, uma docente que está inserida no contexto educacional do Programa Jovem Aprendiz, no qual realizou um trabalho pedagógico e didático com alunos que são diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para Schimidt (2014), o TEA é um transtorno neurológico em que os sintomas são possíveis de serem observados ainda na infância, na dificuldade de socialização e em alguns comportamentos estereotipados, dificuldades na comunicação verbal e social, sensibilidade sensorial e fixação por alguns objetos.

Acrescentando a isso, na Lei nº 12.764 (Brasil, 2012), faz-se referência em seus incisos I e II que para que uma pessoa seja considerada com TEA, ela precisa apresentar as seguintes características:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012).

Após estas considerações, é importante frisar que a realização da prática pedagógica docente não deve ser focada nas características clínicas que esses alunos apresentam em seus laudos, segundo Fontoura e Sardagna (2021, p. 18) a prática pedagógica e o laudo "(...) pouco ou nada conversam entre si, ocorrendo

apenas o encaminhamento de alunos para a saúde, sendo diagnosticados, rotulados e devolvidos para a escola”, ou seja, durante a prática em sala de aula, prioritariamente não deve ser considerado o seu CID para o desenvolvimento das atividades escolares, interações e planejamentos.

De acordo com Tardif e Lessard (2005) somente a interação do professor com o aluno, é capaz de trazer novas perspectivas de práticas pedagógicas. Ou seja, cada aluno possui suas próprias características, sua história de vida e uma maneira distinta de aprender, deste modo, é indispensável o docente ter este entendimento na hora de planejar suas aulas, sem deixar de considerar o conjunto de características da turma, entendendo as diferenças e necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno.

Ainda, acerca da prática pedagógica docente e o contato com o aluno, Perrenoud (2001, p. 92), afirma que “o trabalho individual oferece aos professores a possibilidade de compreender melhor o raciocínio, o método de trabalho e as dificuldades particulares de cada aluno”. Portanto, a interação entre docente e aluno é a forma mais adequada de entendê-lo, e a partir deste contato se pensar em práticas que sejam significativas para o seu aprendizado.

Por conseguinte, dialogar sobre a pessoa com TEA inserida em um contexto educacional, vai além de apenas trazer o conceito médico do transtorno, trata-se de adotar uma perspectiva que seja inclusiva para essas pessoas, contemplando todos os aspectos e ambientes da vida em sociedade.

Nesse sentido, compartilho este relato de experiência, como estudante, pesquisadora e profissional da educação, uma vez que ainda estamos alicerçando o caminho para a perspectiva inclusiva. Assim, durante o início da minha graduação em pedagogia, no ano de 2017, obtive a certeza de o quanto queria me dedicar à pesquisa e ao trabalho no campo da Educação Inclusiva, e esta certeza possui ligação com a minha experiência durante o Ensino Fundamental, quando estudei com colegas com deficiência.

Embora jovem, percebia a dificuldade didática dos professores com esses colegas. Seguindo minha trajetória acadêmica, no primeiro semestre do curso de pedagogia, já sabia qual seria o objeto de pesquisa que investigaria, tratando-se da inclusão de pessoas com deficiência em sala de aula comum.

No ano de 2018, contei com a oportunidade de estagiar em uma escola, trabalhando junto a um aluno com TEA, em que durante esse período me surgiram diversos questionamentos sobre como se realizava a prática pedagógica docente com alunos com TEA na Educação Infantil. Assim, surge o tema para meu trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: "A criança com TEA na educação infantil: a prática pedagógica docente". Esse estudo me oportunizou a compreender e possuir um embasamento teórico sobre o assunto, me instigando a pesquisar mais sobre este campo importante e necessário da educação.

Logo, a partir dessa experiência de pesquisa e atualmente, como docente no Programa Jovem Aprendiz, continuo com o propósito de pesquisar sobre a área de Educação Inclusiva, em decorrência de que os questionamentos e inquietações acompanham a minha trajetória. Assim, faz-se alguns questionamentos acerca das práticas que são abordadas com os alunos com TEA no Programa Jovem Aprendiz, pois nas turmas em que leciono não disponho de alunos com TEA incluídos, já em outras instituições identifiquei dados que comprovam que as turmas dispõem de alunos com TEA incluídos.

Nesta concepção, o presente estudo tem como objetivo: compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho.

Para isto, foi utilizado na construção deste artigo, a pesquisa qualitativa do tipo de estudo de caso, tendo como método de geração de dados um questionário com perguntas abertas, sendo essas respondidas pela docente Mara, uma professora que realizou seu trabalho pedagógico na turma de Jovem Aprendiz, em uma instituição de ensino na região do Litoral Norte/RS.

Assim, este artigo está estruturado por seções. A primeira trata da introdução ao tema e justificativa deste estudo; a segunda refere-se à metodologia; a terceira seção apresenta o referencial teórico, intitulado *Conhecimentos que incluem*, o qual foi subdividido em: inclusão, transtorno do espectro autista (TEA) e prática pedagógica: reflexões. A quarta seção aborda as análises e reflexões dos dados, fragmentadas em: concepções e vivências acerca da inclusão e adaptações educacionais na especificidade do aluno com TEA. Ainda, como quinta seção, têm-se as considerações finais

2. METODOLOGIA

O presente artigo tem como finalidade compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho, e para isso fez-se uso da pesquisa qualitativa do tipo de estudo de caso.

Quanto à metodologia desenvolvida, utilizou-se a pesquisa qualitativa, a qual é compreendida conforme Yin (2001), por uma técnica amplamente utilizada quando o objeto de pesquisa é um fenômeno que está inserido dentro do contexto da vida real, e quando se busca compreender e analisar questões que precisam de respostas de “como” e “porquê”, buscando obter informações que sejam detalhadas para responder tais questões.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a abordagem qualitativa é um método que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Então, ao aprofundar-se nos fenômenos sociais, a abordagem qualitativa se torna uma ferramenta essencial para compreender as experiências e percepções atribuídas pelos participantes, oferecendo uma visão mais detalhada para a pesquisa a partir das narrativas, auxiliando na compreensão dos aspectos essenciais do objetivo do estudo.

Somando-se a isso, conta-se com Gil (2002), enunciando essa metodologia como uma maneira de realizar uma análise profunda dos conteúdos e discursos, que são citados pela pessoa ou grupo participante. A partir disso, busca-se obter dados significativos para a pesquisa, possibilitando responder ao objetivo principal, o qual se coloca desde o início da escrita do estudo.

Acrescenta-se a esta pesquisa o tipo de estudo de caso, que para Goode e Hatt (1973), é caracterizado como o estudo profundo de algum objeto, de maneira que permite o detalhamento dos conhecimentos sobre o mesmo, o que se tornaria praticamente impossível através de outros métodos de investigação. Os autores retratam este método, como uma forma de organizar os dados e reunir as informações necessárias para as análises.

Para Lakatos e Marconi (2011), o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, buscando explicar porque e como acontece. Ainda, segundo os autores, a utilização deste método permite uma maior acessibilidade na obtenção dos dados nas pesquisas.

Dessa maneira, para responder à pergunta principal do estudo, foi utilizado-se a geração de dados, que para Garcez, Bulla e Loder (2014) a geração de dados é entender que a vida social e o movimento humano estão além de descrever os dados, realizar pesquisas com seres humanos envolve experiências, sentimentos e comportamentos. A partir disto, com a finalidade de obter a geração dos dados para o objetivo deste artigo, realizou-se a construção de um questionário

Gerhardt e Silveira (2009), afirmam que o questionário é uma ferramenta que reúne as perguntas para a geração os dados de um estudo científico, permitindo que seja respondido pela pessoa participante, sem precisar da presença do pesquisador, este instrumento tem como objetivo:

levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (Gerhardt; Silveira, 2009, p.69).

As questões desenvolvidas foram disponibilizadas por meio do *Google Forms*¹¹, e essas tiveram o formato de perguntas abertas, esse modelo permitiu que a participante pudesse responder livremente e sem limitação, dado que segundo Gerhardt e Silveira (2009), as questões abertas têm o potencial de permitir a liberdade das respostas, possibilitando a independência de utilização da sua própria linguagem no momento em que fosse escrever.

De acordo Mattar (1994), as questões abertas são capazes de dar a oportunidade para que os participantes se sintam mais à vontade para responder, sejam espontâneos e desenvolvam suas respostas sem nenhum poder de influência.

Após estas considerações, buscou-se ao decorrer das perguntas do questionário alcançar o objetivo empregado neste artigo, ou seja, compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno

¹ Questionário aberto aplicado na docente participante deste estudo por meio do Google Forms. Conforme link que o segue:
link:https://docs.google.com/document/d/1lfzFEpZYEQrg_h45Aepz4xPQ8CWHYNWvhmTP9mcFwiM/edit?usp=sharing

com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho.

3. CONHECIMENTOS QUE INCLUEM

Ao dialogar sobre a prática docente com alunos com TEA, é preciso que haja um conhecimento acerca das adaptações metodológicas e curriculares, buscando atender às necessidades de cada aluno, mas que também se tenha um entendimento amplo sobre o que é inclusão e suas legislações pertinentes, para assim ser capaz de realizar ajustes no planejamento das aulas, considerando as diversas formas de aprendizagem e promovendo a participação ativa dos estudantes com deficiência em todas as atividades.

Além disso, para que a prática docente inclusiva seja adequada, é fundamental que o docente adote uma postura flexível e esteja em uma reflexão contínua da sua prática, tendo uma visão crítica da inclusão, para que o aluno não seja excluído. Não é papel do professor realizar um estudo clínico acerca do seu aluno com TEA, porém se torna indispensável ter o conhecimento sobre o transtorno e suas características. A partir disso, as próximas subseções abordam conhecimentos essenciais para o desenvolvimento dos processos inclusivos.

3.1. INCLUSÃO

A inclusão, segundo Mendes (2002), começou a ganhar forças principalmente a partir da década de 1990, no momento em que foi proclamada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Com base neste documento, passou-se a considerar que todos estudantes com deficiência têm o direito de pertencer aos espaços sociais e em salas de aulas comuns, visando a democratização das oportunidades educacionais, assim, a escola comum passou a ser o local onde a inclusão poderia ser realizada.

Vivemos em uma sociedade heterogênea, onde pessoas são únicas em suas características, vivências e identidades, a partir dessa diversidade é constituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, PNEEPEI (Brasil, 2008), a qual tem o objetivo promover Educação Inclusiva para

todos os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, preferencialmente, em rede comum de ensino, orientando as instituições a forma de realizar e a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A PNEEPEI apresenta a Educação Especial como uma ponte fundamental para alcançar uma Educação Inclusiva efetiva no ensino em todas as suas esferas, sendo ela:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p. 10).

Por abranger todos os níveis de ensino, a PNEEPEI (Brasil, 2008), proporciona uma perspectiva em relação a educação de jovens e adultos e educação profissional, assim, a Educação Especial nesta etapa auxilia no processo e formação para o efetivo ingresso da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e consequentemente na socialização.

Logo, Farias e Menezes (2009), discorrem que incluir é o ato de efetivar que todas as pessoas com deficiência consigam acessar a escola, ofertando a elas o direito de ter os materiais e planos individualizados na escola comum, no qual deve ser levado em consideração suas especificidades, oportunizando uma aprendizagem focada no seu pleno desenvolvimento.

Nesse contexto, conforme Mittler (2000), para que a inclusão aconteça, é imprescindível que a escola e professores se preocupem em realizar as mudanças necessárias em suas ações, planos e currículo escolar, se reestruturando como um todo, “com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (Mittler, 2000, p. 25). Assim, criando um ambiente escolar que possibilite a inclusão de todos, respeitando suas diferenças.

Nesta perspectiva inclusiva, Mantoan (2000), refere-se a inclusão como uma série de ações inclusivas que a escola deve formular, contemplando o convívio com as diferenças, em um contexto em que aprendizagem é participativa, que dá sentido para o aluno, respeitando as individualidades.

Conforme descrito, é de suma importância destacar o papel das adaptações no ambiente escolar, que traz o objetivo de promover uma inclusão efetiva, sendo

assim, o documento Adaptações Curriculares (Brasil, 2000), norteia níveis que visam garantir que sejam realizadas de forma adequada, é fundamental considerar os dois tipos existentes: adaptações de Grande Porte e adaptações de Pequeno Porte. Sendo essas:

- **Adaptações de Grande Porte** (Adaptações Significativas): são as ações políticas-administrativas, que são modificações da natureza política, administrativa, financeira e burocrática, objetivos de ensino, método de ensino, temporalidade, uma adaptação que se torna responsabilidade dos gestores (Brasil, 2000).
- **Adaptações de Pequeno Porte** (Não Significativas): podem ser realizadas nas mesmas modalidades, porém esta fica com direta responsabilidade dos docentes em sala de aula (Brasil, 2000).

Além destas adaptações, a PNEEPEI (Brasil, 2008) refere-se que para uma inclusão efetiva dentro da realidade escolar, é fundamental que a escola realize um Plano Educacional Individual (PEI), para cada estudante com deficiência. Este documento deve ser capaz de trazer informações significativas, que embasam a compreensão acerca das necessidades, características e habilidades individuais de cada estudante, visando que o aluno obtenha igualdade no processo educativo.

Conforme Theodoro (2013), na inclusão no processo de avaliação, deve-se observar todo o desenvolvimento do aluno, retirando as avaliações rotuladas e tendo em consideração suas habilidades individuais, com o respeito do seu próprio ritmo de aprendizagem, considerando suas particularidades tanto físicas, como intelectuais e emocionais.

Com o intuito de seguir as reflexões sobre a avaliação, Hoffmann (2001) pontua que é necessário que se descarte as avaliações classificatórias da aprendizagem, e sejam implementadas avaliações que contemplem todo o processo de aprendizagem e o desenvolvimento social do aluno, abrangendo assim todo o processo educativo. Sendo assim, no contexto inclusivo o docente precisa ter um olhar contínuo para a aprendizagem do seu aluno, compreendendo que o seu desenvolvimento é sucessivo e não limitado a uma avaliação rotulada.

Portanto, a inclusão se concretiza mediante a elaboração e adaptação de práticas e avaliações que promovem equidade no ambiente escolar, por meio de uma série de ações abrangentes, que consideram os alunos como um todo, valorizando suas capacidades e singularidades.

3.2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Conforme o referencial abordado na seção 3, “Conhecimentos que Incluem”, e a subseção 3.1, intitulada “Inclusão”, as pessoas com deficiência estão ao longo do tempo conquistando seus espaços e seus direitos legais. Os jovens com TEA fazem parte do público-alvo das políticas de inclusão e, é estimado que aproximadamente 2 milhões de pessoas no Brasil são diagnosticadas com TEA (Brasil, 2019).

Conforme Oliveira (2009), o termo “autismo” tem origem da palavra grega “autos” que traduzida significa: próprio, assim, podendo ser entendida que é uma pessoa que tem seu mundo próprio, é compreendida como uma patologia que já foi nomeada muitas vezes ao longo dos anos, mas atualmente ela é denominada de Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2014).

De acordo com Schmidt (2017), uma das características do TEA se manifesta na dimensão da comunicação social: a maneira como esta pessoa se comunica e interage na sociedade, ou seja, pode incluir falta de contato visual, dificuldade na identificação de expressões faciais e próprias expressões, além de atraso na fala durante a infância e dificuldade em manter diálogos.

Schmidt (2017) descreve também características da pessoa com TEA, podendo manifestar aversão ao contato físico, se agitar e demonstrar desconforto diante mudanças de ambiente, além de apresentar movimentos repetitivos e/ou desenvolver posturas incomuns com as mãos e pés ou corpo todo.

É fundamental considerar e conhecer as características das pessoas com TEA, no entanto, é crucial lembrar que cada indivíduo é único e possui suas próprias habilidades, desafios, traços e desejos. Portanto, não devemos padronizar ou generalizar. Schmidt (2017) explica que:

uma determinada criança pode apresentar sérias dificuldades na área sócio comunicativa, como a ausência de linguagem e resistência à aproximação de outras crianças, ao mesmo tempo em que podem não estar presentes estereotípias motoras, sendo o comportamento mais adaptativo e flexível a mudanças. Entretanto, outra criança com o mesmo diagnóstico pode apresentar uma linguagem verbal desenvolvida, que facilite a comunicação, concomitante ao uso de expressões faciais adequadas ao contexto, porém acompanhadas por comportamentos extremamente rígidos, com reações negativas às mudanças no ambiente (Schmidt, 2017, p.225).

Considera-se que, embora as pessoas tenham o mesmo diagnóstico, elas ainda são pessoas diferentes, e assim, se faz imprescindível reconhecer e respeitar as individualidades de cada um, oferecendo apoio e recursos que atendam às necessidades específicas de cada sujeito.

3.3. PRÁTICA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES

A prática pedagógica docente abrange um conjunto de atividades, abordagens e estratégias educacionais que são realizadas pelos professores durante o processo de ensino e aprendizagem. Vai além da simples transmissão de conhecimentos, está incluído o planejamento, a mediação, avaliações e uma série de reflexões contínuas sobre as metodologias empregadas, buscando garantir que os alunos atinjam seus objetivos educacionais.

Para isso, a prática docente deve ser adaptável às necessidades específicas de cada estudante, promovendo um ambiente educacional inclusivo e equitativo. Além disso, envolve uma integração de novas tecnologias e práticas inovadoras, que tornam o ensino mais dinâmico e acessível.

Tardif e Lessard (2015) apresentam que o conceito da prática docente é a realização de um trabalho humano, porquanto é realizado com seres humanos e interação. Ao se relacionar com seus estudantes, se constrói uma atividade social, esta atividade que irá contribuir com a conexão em sala de aula, permitindo que a prática docente seja realizada. Os autores complementam que:

a docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de certa capacidade de resistir e de participar da ação dos professores (Tardif; Lessard, 2005, p. 35).

Logo, é importante que o professor realize essa interação humana com sua turma, mas, é necessário também, de acordo com Carvalho e Vianna (2001), que o professor possua a devida formação e os conhecimentos pedagógicos necessários para a realização da prática docente, visto que, sem estes requisitos, pode não ocorrer uma prática efetiva em sala de aula.

A experiência curricular aprendida durante a formação do professor, segundo Tardif e Lessard (2005), oferece o auxílio para o docente, tornando-o confiante na sua

prática, fazendo-se mais flexível, organizado e preparado para adaptar suas atividades com a turma.

Pensando em um contexto educacional é relevante citar que existe uma grande diversidade de alunos na realidade escolar, os docentes precisam ter o entendimento de que essa diversidade e as diferenças estão presentes.

Diante da diversidade encontrada, o professor precisa adaptar sua prática pedagógica, para abranger todos os seus alunos, respeitando suas características. Carvalho (2009) enuncia que o professor inclusivo é aquele que reconhece a diversidade, não realiza preconceitos, e adapta suas práticas respeitando as diferenças e sucessivamente promovendo uma aprendizagem significativa a todos alunos da turma.

Portanto, torna-se imprescindível identificar as especificidades do processo de aprendizagem e realizar uma interação contínua entre todos os envolvidos nesse processo educacional. Para permitir uma participação efetiva dos alunos, o docente necessita estar bem preparado, utilizando de estratégias pedagógicas que sejam capazes de abranger todos os alunos.

Com o intuito de proporcionar que a sala de aula seja um ambiente inclusivo, se torna essencial que o ensino seja pensado no contexto geral da turma, evitando a construção de aulas e atividades que evidenciam ou isolem o estudante com TEA, sendo assim, as adaptações devem ser pensadas para atender à diversidade da turma e garantindo que todos possam participar de maneira equitativa. Quando as adaptações são feitas de forma a contemplar a experiência de todos, não beneficia apenas o aluno com TEA, mas também enriquece a aprendizagem dos demais, promovendo um ambiente colaborativo e respeitoso. Assim, todos os alunos têm a chance de aprender juntos, valorizando suas particularidades e potencializando suas capacidades.

Contribuindo com a discussão, tem-se Tardif e Lessard (2005), os quais referem-se que a experiência curricular do professor o deixa mais flexível, sendo ela, de extrema importância neste processo, tendo em conta é a partir dela que o professor irá compreender as melhores maneiras de adaptar o currículo, de acordo com as diferentes especificidades de aprendizagens presentes, exigindo do docente uma prática aberta a outras possibilidades pedagógicas.

Sendo assim, no contexto do objetivo deste artigo, o papel do professor não é apenas um transmissor, mas um mediador da aprendizagem, que fornece um

ambiente acolhedor e estimulante; é quem estuda e adapta suas metodologias e estratégias de ensino para atender às necessidades de cada aluno, promovendo a inclusão e a participação ativa de todos. Além disso, o educador atua como aguçador da curiosidade, estimulando o senso crítico da turma.

4. ANÁLISE E REFLEXÃO DOS DADOS

Nesta seção, constam a análise e a reflexão dos dados gerados, a partir do proposto deste estudo, cuja finalidade é atender ao objetivo que direcionou esta pesquisa, ou seja, compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho.

Nesta pesquisa, utilizou-se o nome fictício de Mara para a participante, a fim de analisar os excertos com o objetivo de preservar sua identidade, em conformidade com os preceitos éticos.

Assim, apresenta-se o perfil da docente Mara: possui formação inicial em Letras/Libras, pós-graduação em Neuropsicopedagogia, é mestra em Letras e, atualmente, Doutoranda em Educação. Atua na área da educação há 10 anos, nos últimos 2 anos, está como docente no Programa Jovem Aprendiz.

Com base nas perguntas elaboradas para a geração dos dados da pesquisa, e as respostas obtidas da docente, as análises foram organizadas em duas categorias: Concepções e Vivências Acerca da Inclusão e Adaptações Educacionais na Especificidade do Aluno com TEA. Logo, apresenta-se a análise deste estudo.

4.1 CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS ACERCA DA INCLUSÃO

A presente categoria aborda as análises das manifestações da docente Mara, fundamentadas em suas concepções e vivências relacionadas à inclusão de jovens com TEA no contexto da sala de aula do Programa Jovem Aprendiz. Abrange tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias utilizadas pela professora para promover um ambiente inclusivo. Em relação, à sua compreensão sobre inclusão, a docente Mara comentou:

Uma forma de garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades educacionais tenham acesso a uma educação de qualidade,

respeitando suas particularidades e buscando realizar adaptações para que o aluno consiga se desenvolver, algo que vai além de apenas adaptar o ambiente, mas possui uma visão inclusiva nas práticas pedagógicas para atender às diversas necessidades dos estudantes, promovendo que todos tenham o mesmo direito.

Com base neste excerto da docente, ela demonstra que na sua concepção a inclusão precisa ter um olhar além de apenas realizar adaptações no ambiente físico, é preciso também adaptar as práticas pedagógicas que são utilizadas em sala de aula, respeitando a individualidade de cada aluno.

Segundo Mantoan (2000), para que a inclusão aconteça é preciso realizar uma série de ações, adaptando o contexto escolar, que contemple o convívio com as diferenças, onde a aprendizagem é participativa, que dá sentido para o aluno, respeitando as individualidades e garantindo as mesmas oportunidades para todos.

Baseado no posicionamento da docente e respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que faz referência a uma inclusão efetiva na realidade escolar, o professor deve respeitar as características e habilidades individuais de cada estudante, não envolvendo apenas a adaptação do conteúdo e das estratégias de ensino, mas também a criação de um ambiente que favoreça a igualdade de oportunidades para todos.

A partir desta resposta apresentada pela docente, é possível observar uma compreensão teórica sobre a inclusão, enfatizando que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades educacionais, devem ter acesso a uma educação de qualidade, em que todos possuam o direito de aprender. O que está alinhado com a legislação e a teoria, ressaltando a importância da equidade no processo educativo e um comprometimento contínuo com práticas que promovam a participação e desenvolvimento dos alunos.

Um aspecto necessário para compreensão desta categoria, refere-se à experiência em sala de aula com o aluno com TEA, neste excerto Mara relata sobre esta vivência:

Meu dia a dia com ele em sala de aula é sempre estar tentando contato para saber quais são suas inquietações para tentar auxiliar, pois por muitas vezes, já observei que ele se sente inseguro com algo, desde conteúdo até mesmo com o diálogo entre os colegas e não verbaliza, portanto estou sempre buscando e traçando estratégias para que ele tenha uma melhor interação comigo e com os colegas, mas óbvio, sempre respeitando ele.

A partir deste excerto é possível observar que no cotidiano das aulas, a professora pesquisada entende as especificidades do seu aluno, respeita seu tempo,

utiliza estratégias e adapta momentos, pensando em promover que seu aluno tenha um bem-estar em sala de aula, auxiliando no seu desenvolvimento de aprendizagem.

Refletindo acerca da narrativa da docente, Tardif e Lessard (2015) trazem em seus estudos, que o conceito da prática docente é a realização de um trabalho humano, feito a partir da interação humana, que, enquanto o docente se relaciona com seus estudantes, é construída uma atividade social, que contribui para a prática docente.

Ou seja, a docente se alinha com os teóricos ao considerar que sua prática diária deve ser feita de relações e respeito, essa perspectiva reforça a importância da conexão interpessoal no processo de ensino-aprendizagem, destacando que a efetividade da prática docente está intrinsecamente ligada à capacidade de estabelecer vínculos significativos com os alunos.

A vivência em sala de aula é um ponto importante nessa categoria, e quando se é falado em viver à docência, a relação entre professor e aluno se torna um ponto essencial para o processo de ensino e aprendizagem, em correlação a isto, neste excerto da docente ela relata o que considera fundamental na relação com seu aluno com TEA:

Considero que a empatia e compreensão, é o essencial, ao me colocar no lugar do aluno, busco entender suas perspectivas e desafios, eu consigo mediar melhor alguns conflitos, momentos de crise e até mesmo quando ele não consegue realizar uma atividade, ao me colocar nesse papel, sou capaz de ajudá-lo a se organizar, e não ficar julgando seu comportamento e o seu jeito de agir, pois julgá-lo ou puni-lo só faria com que ele se afastasse de mim, entendê-lo e conversar é extremamente importante.

Nessa análise, a docente expressou uma prática livre de julgamentos na sua relação com o aluno com TEA, nesse sentido, Mantoan (2000) ressalta que a inclusão vai além da mera adaptação curricular, ela envolve um conjunto de ações inclusivas que promovem o convívio com as diferenças, a autora enfatiza que a escola deve criar um ambiente que respeite e valorize as individualidades de cada aluno, garantindo que todos sejam acolhidos e tratados com dignidade.

Ao refletir sobre essa fala, Carvalho (2009) diz que o professor inclusivo é aquele que reconhece a diversidade e não realiza preconceitos, portanto, evidencia-se essa relação de Mara com o que Carvalho (2009) caracteriza, pois quando ela relata que é compreensiva e empática com seu aluno, sem realizar julgamentos, e sim, entendê-lo sem punir, ela está desenvolvendo esse conceito de professor inclusivo é embasado por Carvalho (2009).

Com base no excerto, a docente traz a empatia e a compreensão como elementos centrais na relação com seu aluno, evitando o julgamento, a punição, e promovendo um ambiente seguro e acolhedor. Essa ação se faz assertiva na sua prática, em razão de que contribuem para a construção de um ambiente mais colaborativo e respeitoso, portanto, integrar essas práticas é essencial para o desenvolvimento emocional e acadêmico deste estudante.

Compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho é o objetivo deste estudo, portanto, é fundamental dialogar sobre as concepções e vivências dentro desse contexto, assim, se torna essencial também abordar as especificidades educacionais e as adaptações curriculares necessárias para promover que seja um ambiente de aprendizado inclusivo.

4.2 ADAPTAÇÕES EDUCACIONAIS NA ESPECIFICIDADE DO ALUNO COM TEA

Esta categoria refere-se às adaptações efetuadas pela docente quanto ao currículo e as avaliações realizadas de acordo com as especificidades do seu aluno, a partir das suas manifestações apresentadas nos excertos.

Segundo a PNEEPEI (2008), a Educação Especial, na etapa da Educação Profissional, auxilia os alunos nos seus processos de aprendizagem durante a formação, para que ocorra o efetivo ingresso da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e conseqüentemente na socialização, utilizando as possíveis adaptações de acordo com cada especificidade dos alunos.

Quanto ao questionamento às adaptações, Mara relatou sobre como são realizadas as adaptações de pequeno porte:

Quando necessário, faço os combinados sobre a adaptação em uma conversa clara com meu aluno, de como ele gostaria de realizar aquela atividade, da maneira como ele sente mais confortável, para que ele participe e que não fuja muito do objetivo dela, por exemplo, em apresentações, permito que ele realize vídeos com IA para apresentar para os colegas.

O documento Adaptações Curriculares (Brasil, 2000), traz que as Adaptações de Pequeno Porte podem ser realizadas em sala de aula pela docente, quando se achar necessário. De acordo com o excerto, a docente é capaz de analisar quando é

necessário ocorrer estas adaptações, para que seu aluno se sinta incluído nas atividades propostas.

Ao ter esse diálogo com seu aluno, que é fruto da relação construída entre eles, que foi evidenciada na categoria Concepções e Vivências Acerca da Inclusão, na narrativa da docente sobre o que ela considerava essencial na relação deles, Mara, realiza uma mudança na sua prática, onde juntos, os dois refletem sobre qual seria a adaptação de pequeno porte necessária para aquela atividade, neste ato, ela envolve ativamente o estudante na sua aprendizagem. Sendo assim, a docente consegue observar as especificidades deste aluno, e construir uma adaptação necessária para que seja alcançado o objetivo da atividade.

Os recursos didáticos desempenham um papel essencial no processo de ensino, logo, eles auxiliam na compreensão dos conteúdos, estimulam a participação dos alunos, permitindo que os discentes também sejam protagonistas do processo. No excerto a seguir, a professora Mara descreve os recursos que utiliza em sua prática pedagógica:

O mundo digital é meu maior recurso didático com este aluno, ele tem um hiperfoco em tecnologias e jogos digitais, assim, trago muitas explicações nas aulas levando para esse lado e deixo que ele anote os conteúdos e explicações em seu tablet ao invés de anotar no caderno, essa forma, ele participa e entende os conteúdos. E como sei que o restante da turma também gosta, realizo atividades que todos ficam com os mesmos recursos e as mesmas atividades, as mesmas explicações, fazendo para mim, ser a inclusão.

Pensando no contexto escolar, Carvalho e Vianna (2001) destacam a importância de o professor compreender que as diferenças são inerentes em uma turma, a partir disto, se torna indispensável que, na prática docente, o educador contenha o entendimento da diversidade presente na sala de aula, e desenvolva a habilidade de adaptar seus recursos de maneira que respeite e abranja essas diferenças, exercendo uma prática inclusiva.

A prática da docente se faz em concordância com a legislação, já que na PNEEPEI (2008) consta que, para que a Educação Inclusiva seja efetiva no ensino comum, é fundamental que os recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns não excluam nem ofereçam atividades diferenciadas para um aluno em particular. Em vez disso, os recursos devem contemplar todos os estudantes de maneira igualitária, assegurando que ninguém seja discriminado ou excluído do processo educativo

Conforme o excerto da docente, ao utilizar o hiperfoco de seu aluno com TEA como um recurso didático para toda a turma, ela não se limita a oferecer atividades e materiais apenas para esse aluno específico, pelo contrário, essa abordagem permite que ela envolva todos os estudantes no processo de aprendizagem, beneficiando a dinâmica da sala de aula como um todo.

Dessa forma, desenvolve-se uma prática que reflete um compromisso com a inclusão, criando um ambiente que valoriza as diferenças e promove a participação de todos. Sendo assim, a docente Mara garante que a escola seja, de fato, inclusiva, oferecendo acesso igualitário ao conhecimento e ao processo de aprendizagem para cada aluno.

O currículo e suas adaptações são pertinentes no processo de aprendizagem do aluno com TEA, visto que, pode ser necessário ajustar as abordagens para atender às particularidades do aluno. Referente a isso, a docente Mara explica: “nosso currículo é aberto e possíveis de mudança, quanto a ele a ao aluno, não é necessário realizar nenhuma alteração, pois as adaptações de pequeno porte em sala já são suficientes para atender as especificidades do aluno”.

A partir deste excerto, é possível perceber que a partir das manifestações da docente, é possível inferir que as suas práticas estabelecem relação com o que reza nas diretrizes, apesar de não realizar adaptações formais no currículo para este aluno, destacando a importância da observação atenta às especificidades do estudante, ao buscar estratégias cotidianas que garantam a sua inclusão no ambiente escolar.

Mesmo sem mudanças estruturais no conteúdo, ela consegue favorecer a participação do aluno no processo de aprendizagem, promovendo um ensino significativo. Ao implementar modificações sutis, porém significativas e adequadas às necessidades, empreendendo a sua participação ativa no processo de aprendizagem, o que é fundamental para o seu desenvolvimento.

Considerando que o currículo e o Plano Educacional Individualizado (PEI) devem estar alinhados para garantir uma Educação Inclusiva, foi questionado à docente Mara sobre a implementação do PEI em sua prática pedagógica: “em conversas com a coordenação pedagógica, verificamos que não seria necessário realizar um PEI para este aluno, pois as adaptações de pequeno porte e recursos em sala de aula já eram suficientes”.

Em culminância a esse excerto, observa-se que existe uma prática e um olhar em conjunto para este aluno partindo da equipe pedagógica, que buscou avaliar a

possibilidade da criação e utilização do PEI. Este documento, embora seja importante para o aprendizado e acompanhamento dos alunos com deficiência, necessita deste olhar dos profissionais da educação, pois são eles que possuem a vivência para identificar a necessidade do PEI e as especificidades do aluno.

O processo de aprendizagem é amplo e pode ser avaliado por diversos meios, a partir disto, foi perguntado ao docente ocorre as avaliações deste aluno:

As avaliações são a cada aula, com as participações, e com as entregas dos trabalhos, como já disse anteriormente, ele entrega todas as atividades, adaptadas com os nossos acordos na conversa, e assim ele consegue participar e entregar todas as atividades, que são a nossa avaliação.

Segundo Hoffmann (2001), a avaliação não deve ser classificatória, ou seja, não deve se limitar a atribuir notas ou rótulos, pelo contrário, deve abranger todo o percurso de aprendizagem do aluno, considerando seus desafios e potencialidades. A avaliação, no contexto inclusivo, deve ser contínua e formativa, permitindo que o educador acompanhe o desenvolvimento do estudante ao longo da jornada educacional.

Considerando o excerto da docente e as teorias sobre avaliação inclusiva, é possível perceber que ela está alinhada com os princípios dessa abordagem, não excluindo o aluno das avaliações e evitando a limitação do seu desempenho a uma simples nota, além disso, ao adotar esta metodologia avaliativa, a docente contribui para a criação de um ambiente educacional mais equitativo, no qual todos os alunos, independentemente de suas especificidades ou características pessoais, podem se expressar e se desenvolver.

Assim, fica evidente que a atenção, observação e a interação entre docente e aluno, demonstrando a importância de termos profissionais da educação que não olhem apenas para os laudos, utilizando a sua bagagem teórica para observar e traçar estratégias para que o aluno tenha suas especificidades acolhidas buscando o seu sucesso escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de início, é imprescindível enunciar que a prática pedagógica na Educação Inclusiva envolve estratégias e abordagens adotadas pelos educadores visando garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso requer a adaptação de métodos de

ensino, recursos didáticos e avaliações, de maneira a promover a participação ativa de todos no ambiente escolar, onde cada aluno seja capaz de sentir pertencente e apto para aprender, favorecendo seu desenvolvimento integral e assegurando igualdade de oportunidades e participação no processo educativo.

A pesquisa realizada com a docente Mara, na qual o objetivo era compreender como se realiza a prática pedagógica docente no Programa Jovem Aprendiz, com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma instituição de ensino formadora na região do Litoral Norte Gaúcho, revelou uma abordagem inclusiva e atenta às necessidades individuais do estudante, que embora não haja uma adaptação formal do currículo, a docente torna sua prática inclusiva no cotidiano. Por adotar metodologias ativas e pelo seu olhar sensível, que permite a flexibilidade de suas estratégias pedagógicas, respeitando as particularidades do aluno com TEA, garantindo que ele não seja excluído, mas que participe plenamente das atividades.

Além disso, a interação social é incentivada, criando um espaço em que o aluno pode se conectar com seus colegas. A empatia e a comunicação constante com o estudante são elementos centrais em sua prática, tornando o espaço de aprendizagem aberto e propenso ao diálogo, favorecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto as relações interpessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA. **American Psychiatric association DSM: 5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5º ed. Porto Alegre; Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências, 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da consolidação das leis de trabalho – CLT, aprovada pelo decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 2000.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: Adaptações curriculares de pequeno porte. Ministério da Educação, SEESP, 2000.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: Adaptações curriculares de grande porte Ministério da Educação, SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de julho de 200. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, 2015.

BRASIL. **SENADO**. Censos demográficos terão dados sobre autismo. 2019.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/23/censos-demograficos-terao-dados-sobre-autismo>. Acesso em 15 de dez. 2023.

BRASIL. **Aprendizagem**: guia prático, valorizando o trabalho do jovem aprendiz. Brasília, Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, 2021.

CARVALHO, Anna Maria P. de e VIANNA, Deise Miranda. **A Licenciatura em questão**. Ciência e Cultura. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, Rosita. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.

FARIAS, E.; MENEZES M. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao professor do ensino regular, Paranavaí, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. F. Dicionário aurélio da língua portuguesa. Curitiba: Editora Positivo, 5. ed. 2010.

FONTOURA, G. P. da; SARDAGNA, H. V. **Concepções acerca do laudo médico no processo de escolarização**. Revista Educação Especial, v. 34, p. 44/-26, 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

GARCEZ, Pedro, de M.; BULLA, Gabriela da Silva; LODER, Letícia Ludwig. **Práticas de pesquisa micro etnográfica, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos**. D.E.L.T.A., 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 176 p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científico, 7 ed, São Paulo: Atlas, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Incluindo os excluídos da escola**. 2000.

MATTAR, Fauze Nijab. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1994.

MENDES, E. G. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial**. MEC, Secretaria de Educação Especial, Revista Integração Brasília, 2002.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

OLIVEIRA, Isabel Moreira. **Tudo isto porque ser autista é, sem dúvida, apenas mais uma forma de ser**. Faculdade de Motricidade Humana, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2001.

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. São Paulo: Papyrus, 2014.

SCHMIDT, Carlo. **Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 22. 2017

TARDIF, M; LESSARD, C. **O Trabalho docente: elemento para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2005.

THEODORO, Flavia Ivana S. B. **Avaliação Inclusiva: compromisso com a aprendizagem de todos**. 11° ed. 2013.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.